



Márcia Kallume

Em audiência na CMO, José Pimentel (E), Cláudio Vignatti e José Maranhão

Comissão recebe mais de mil sugestões a Orçamento e PPA

A Comissão Mista de Orçamento recolheu, em nove audiências regionais, 1.100 sugestões, a maioria referente ao projeto da lei orçamentária de 2008. Apresentadas por organizações da

sociedade civil, prefeitos, vereadores e deputados estaduais, as propostas passarão por uma triagem até o dia 28, quando será aberto o prazo para apresentação de emendas. **Página 3**

Esterilização cirúrgica aos 18 anos enfrenta resistências

Participantes de debate discordaram da proposta de Marcelo Crivella de reduzir para 18 anos a idade mínima necessária à esterilização. **Página 8**

Regras para fundo de ciência e tecnologia passam na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A proposta, que será avaliada por duas

outras comissões antes da votação em Plenário, cria um conselho diretor e abre a possibilidade de os recursos do fundo serem utilizados em empréstimos a empresas. **Página 7**



Aloizio Mercadante (E), ao lado de Eliseu Resende, preside a reunião da CAE

Renan afasta assessor. Frente cobra fim da crise

Presidente do Senado nega tentativa de espionagem e afasta assessor. Frente de 19 senadores de seis partidos pede a Renan que se licencie da Presidência. PSDB e DEM protocolam nova representação



Parlamentares reúnem-se no gabinete de Tasso Jereissati e admitem obstruir votações a partir de 2 de novembro

Renan Calheiros afastou ontem o assessor Francisco Escórcio, acusado de ter proposto a instalação de câmeras que espionariam senadores. Uma frente de 19 senadores do PSDB, DEM, PMDB, PT, PSB e PDT reuniu-se ontem e decidiu pedir a saída de Renan da Presidência. Os líderes do PSDB e do DEM protocolaram a quinta representação contra o presidente da Casa. **Páginas 4 e 5**



Leopoldo Silva

Renan: "Não autorizei nenhuma atrocidade"

Venda de terra para estrangeiro em debate

Audiência no Senado vai discutir informações de que investidores internacionais estariam formando consórcio para comprar terras no

país visando produzir biodiesel e etanol. Os ministros da Justiça e do Desenvolvimento Agrário serão convidados para o debate. **Página 6**



Fotos: Leopoldo Silva



Paulo Paim recebeu integrantes do comando dos bancários

Paim apelou por negociação com os grevistas da Caixa

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem à tarde ao ministro da Fazenda que aceitasse negociar com os grevistas da Caixa Econômica Federal e discutir suas reivindicações. O senador recebeu ontem o comando dos grevistas, que reclamou da prisão de um líder do movimento, em Brasília, por algumas horas.

Segundo o parlamentar, os bancários da Caixa reivindicavam aumento salarial, participação nos lucros, pagamento dos dias parados, novo plano de cargos e salários, jornada efetiva de seis horas e concurso para contratação de novos funcionários. Eles disseram que 80% dos servidores do banco estavam parados.

Mais tarde, os bancários aprovaram, em assembleia, proposta da direção da empresa e decidiram encerrar a greve.

Índios charruas

Paim festejou a decisão da Funai de reintegrar os charruas aos procedimentos voltados à proteção e à promoção dos povos indígenas. Com isso, será considerado nulo qualquer parecer que venha a descaracterizar a identidade étnica desse povo, que habitou no passado terras onde se localizam hoje o Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina.

Senador pede aprovação de projeto que autoriza governo a destinar recursos às universidades mantidas por estados

Osmar quer verba da União para o ensino superior estadual

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem, da tribuna, a aprovação de projeto de sua autoria que autoriza o governo federal a destinar recursos para as universidades estaduais. Ao justificar a proposta, ele disse que a rede pública de universidades do estado do Paraná encontra-se em situação de pré-abandono, sendo obrigada a recorrer à União no intuito de conseguir verbas para manter suas atividades. Segundo afirmou, o fato acontece também com instituições de ensino superior de outros estados.

– No caso do Paraná, a despesa do estado com as suas universidades, criadas nos anos 1960 pelo então governador Paulo Pimentel, é da ordem de R\$ 600 milhões, um gasto de custeio oneroso. Se o presidente Lula quer criar mais dez universidades federais, como anunciou, é melhor ampliar e melhorar a qualidade das estaduais, o que daria para atender em



Osmar diz que apresentará emendas ao Orçamento beneficiando instituições

parte à demanda de 3 milhões de estudantes que concluem o ensino médio a cada ano – ressaltou o senador.

Osmar informou que destinará R\$ 2 milhões das emendas orçamentárias a que tem direito para salvar o curso de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no seu estado.

– Quero evitar que essa e outras universidades estaduais venham a Brasília de pires na mão.

Senado assina convênio com Universidade de Salamanca

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), assinou ontem, na Espanha, protocolo de intenções entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade de Salamanca, para formação e capacitação de parlamentares e servidores.

De acordo com Efraim, essa cooperação se fará na forma de cursos conjuntos, seminários e intercâmbios. O senador disse que espera poder anunciar brevemente o lançamento dos primeiros projetos comuns com base nesse protocolo de intenções.



Delcídio Amaral refuta afirmação de que o governo estaria "aparelhando" estatal

Delcídio defende os diretores da Petrobras

Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu em discurso os diretores da Petrobras, sustentando que eles são servidores de carreira da estatal "há mais de 20 anos" e têm grande experiência e competência. Ele lamentou o fato de que "têm surgido vozes" nos últimos dias que tentam desqualificar a diretoria da empresa afirmando que o governo estaria "aparelhando" a Petrobras.

– Se aparelhar é indicar pessoas competentes da casa, graças a Deus isso está sendo feito.

"Caso Ivanete"

Delcídio disse ter ficado surpreso ao ler esta semana, na revista *Veja*, notícia vinculando seu nome ao episódio conhecido em Mato Grosso do Sul como "caso Ivanete". No episódio, investigado pelo Ministério Público, o ex-governador José Orcírio Miranda do Santos, o Zeca do PT, é acusado de improbidade administrativa, peculato e uso de documentos falsos. Conforme a revista, o desvio de dinheiro público pode chegar a R\$ 30 milhões.

O senador pediu a inserção nos Anais de cópia do processo, em que seu nome não é sequer citado. Solicitou ainda a transcrição de entrevista do promotor Marcos Sottoriva, segundo o qual não há envolvimento de Delcídio.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário está trancada por MPs

Às 10h, o Plenário homenageia a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Entre as proposições que trancam a pauta da sessão deliberativa, às 14h, encontra-se projeto de lei de conversão de medida provisória que abre crédito a órgãos do Executivo.

Ciência e Tecnologia discute telemarketing

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove às 9h audiência pública para debater a regulamentação do telemarketing. Participará dos debates a coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Maria Beatriz Corrêa Salles.

Foro privilegiado em debate na CCJ

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia a discussão de várias propostas, entre elas a que estabelece prazo para o julgamento de ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos casos de foro especial por prerrogativa de função.

CRE sabatina indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) examina, a partir das 10h30, as indicações dos diplomatas Affonso Emilio de Alencastro Massot, para embaixador na Grécia, e Antonio José Ferreira Simões, para o mesmo cargo na Venezuela.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Paulo Paim e Osmar Dias

Gerardo Magela

Renan Calheiros observa obra na terceira edição da mostra *Artistas brasileiros*

Exposição reúne obras de escultores de todo o país

Pelo terceiro ano consecutivo, o Senado Federal sedia a exposição *Artistas brasileiros*. A mostra deste ano apresenta novos talentos em escultura de todos os estados brasileiros, e foi inaugurada ontem. A exposição permanecerá aberta à visitação até o dia 31 deste mês, no Salão Negro, na entrada principal do Congresso Nacional.

Na solenidade de abertura da mostra – à qual estiveram presen-

tes artistas, autoridades, senadores e convidados –, o presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou que as esculturas variam desde a tradição indígena até a arte contemporânea.

– Temos aqui nessa exposição como que uma outra representação dos estados, na forma de obras de arte em exibição. É o Senado, mais uma vez, abrindo-se para o país, recebendo em seu seio a pluralidade, e transfor-

mando-a, ao mesmo tempo em que a preserva em unidade. Essa diversidade, essa pluralidade que se manifesta tanto nos trabalhos legislativos, nas comissões e até mesmo no Plenário desta Casa, quanto nesta exposição, não nos divide, mas nos une. Sobretudo, nos enriquece – afirmou.

Os artistas foram indicados por senadores de seus estados. Há peças de madeira, ferro, alumínio, plástico, gesso e barro.

Valter: interferência do Planalto em decisões do Senado é intolerável

“A intromissão do governo em decisões da bancada é intolerável e acatá-la é submissão”, disse Valter Pereira (PMDB-MS), que responsabilizou o Executivo pelo fato de o nome dele não ter sido confirmado para relator da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs. De acordo com o senador, a ordem para cancelar a indicação partiu do Palácio do Planalto e foi acatada pelo líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), sem consulta à bancada do partido.

Valter lamentou que o líder do PMDB no Senado tenha “se submetido à vontade do governo”.

– A aliança política é a ferramenta da governabilidade e da estabilidade institucional, por isso é plenamente defensável. No entanto, quando o governo e o seu partido impõem um patulhamento de conduta e interferem em questões de uma agremiação que tem identidade própria, como o PMDB, essa relação se degrada e precisa urgentemente ser reexaminada. Infelizmente é isso que vem acontecendo nos últimos dias – disse Valter Pereira.

O senador registrou que apóia o governo federal, pois o seu partido integra a base governista, mas acredita que a relação entre as agremiações PT e PMDB precisa



A adesão do PMDB à base aliada não inclui a castração de sua autonomia, diz Valter

ser reavaliada.

– A adesão do PMDB à base aliada não inclui a castração de sua autonomia nem a renúncia de sua personalidade. O governo quebrou a confiança a um integrante da bancada aliada, a um integrante que vem se conduzindo com absoluta disciplina aos compromissos partidários. Basta conferir todas as votações das quais participei para comprovar o quanto tenho acompanhado este governo – afirmou.

Na interpretação de Valter, a substituição dos senadores Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE) da Comissão de Constituição e Justiça também se deu de forma abrupta, sem consulta à bancada do PMDB e com interferência do governo federal.

Relator e vice da CPI das ONGs devem ser anunciados hoje

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), informou que pretende anunciar hoje o nome do relator da CPI.

Um acordo firmado entre as lideranças partidárias decidiu que a presidência ficará com as oposições e a relatoria com a base do governo.

A oficialização do nome do relator deveria ter ocorrido

ontem, mas não houve quórum suficiente durante a reunião da CPI e os trabalhos não puderam prosseguir. Por isso, nova reunião foi convocada para as 14h de hoje. Na ocasião, será eleito também o vice-presidente da comissão.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), declarou que a base do governo deverá indicar Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a relatoria.

Comissão recolhe mais de mil sugestões ao Orçamento e PPA

Maioria das propostas formuladas em nove reuniões regionais da CMO pela sociedade civil e por prefeitos, vereadores e deputados estaduais se relaciona à educação e rodovias

Ao final das nove audiências regionais, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) registrou 1.100 sugestões – a maioria ao projeto da lei orçamentária de 2008 – recolhidas de organizações da sociedade civil e de prefeitos, vereadores e deputados estaduais. As sugestões passarão por uma triagem dos consultores de Orçamento do Senado e da Câmara até o dia 28 de outubro, quando será aberto o prazo para a apresentação de emendas à proposta orçamentária, segundo informou o deputado José Pimentel (PT-CE), relator do Orçamento.

O deputado explicou que muitos dos pleitos já constam do projeto de lei, principalmente sobre educação e recuperação e construção de estradas federais. Os que não estão atendidos serão distribuídos às bancadas e aos parlamentares dos estados onde se originaram as solicitações. Isso permitirá, segundo o relator, que seja estudada a melhor alternativa para atendê-



José Maranhão (D), ao lado de Vignatti e Pimentel, dirige encontro regional da CMO

las, se por emendas de bancada ou individuais.

O mesmo processo também vale para o Plano Plurianual (PPA), que determina os investimentos federais para o período 2008/11. Só que o cronograma prevê prazos antecipados, porque a votação do PPA deve preceder a do Orçamento. O relator do plano, deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), informou que o seu relatório preliminar poderá ir a votação até a próxima terça-feira.

Brasília

Ontem, a CMO, presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), realizou em Brasília a última reunião regional, quando foram apresentadas 72 sugestões. Um dos pleitos para a capital federal é a construção do Museu de Ciência e Tecnologia, projeto de Darcy Ribeiro. As demais reuniões ocorreram em Porto Velho, Belém, Cuiabá, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, João Pessoa e Florianópolis.

Crivella saúda adesão de Euclides Mello ao PRB

Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou em Plenário a filiação do senador Euclides Mello – primo do ex-presidente da República e senador licenciado Fernando Collor de Mello – ao Partido Republicano Brasileiro (PRB). O parlamentar deixou o PTB.

– O Congresso há de se enriquecer com sua experiência de homem público e visionário que há de abrilhantar o trabalho do Plenário e de cada comissão desta Casa – declarou.

Crivella enalteceu o presidente do partido e vice-presidente da República, José Alencar Gomes

da Silva, como “referência mais elevada de liderança política” e destacou seus “princípios republicanos”.

O senador salientou ainda os princípios programáticos do PRB, um partido jovem, organizado, segundo ele, “na linha da generosidade cristã, no respeito ao direito, no culto à liberdade e na obediência cega à Constituição federal; na submissão aos princípios da igualdade”. O partido, disse, busca o crescimento sustentado da economia, com a geração de emprego e renda e a “redenção da massa de miseráveis” do país.

Crivella destacou a contribuição de Fernando Collor para a decisão de Euclides Mello em optar pelo PRB. Para o senador fluminense, Euclides deve ter-se inspirado na experiência e vivência política do ex-presidente da República, bem como em sua maturidade para tomar a decisão final.

Em aparte, Euclides Mello agradeceu a confiança de Crivella e prometeu defender a bandeira do partido e promover a defesa dos interesses da base de apoio ao governo. Aproveitou a ocasião para convidar Crivella a uma visita ao estado de Alagoas.

Márcia Kallume

Nova representação contra Renan Calheiros pede investigação sobre denúncia de suposta espionagem contra Demostenes Torres e Marconi Perillo em Goiás

Frente de 19 senadores pede afastamento do presidente

Em reunião no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE), 19 senadores de seis partidos com representação no Senado Federal (PSDB, DEM, PMDB, PT, PDT e PSB) decidiram ontem à tarde exigir a saída de Renan Calheiros da Presidência da Casa. No encontro, o PSDB e o DEM anunciaram o encaminhamento de nova representação contra Renan por causa da denúncia de que um assessor do gabinete da Presidência, Francisco Escórcio, tentara espionar os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Logo depois da reunião, por volta das 15h30, os senadores dirigiram-se ao Plenário para, de viva voz e na presença de Renan,

manifestar a posição do grupo. Os líderes do PSDB e do DEM protocolaram ali mesmo a quinta representação. Seguiu-se uma sessão tomada pela insistência dos senadores num pedido de licença por parte do presidente, que se manteve em Plenário até às 18h30 reafirmando sua inocência e defendendo o direito de permanecer no comando da Casa.

Além de exigir a licença de Renan, a frente suprapartidária fixou em 2 de novembro o prazo para que todas as representações contra Renan sejam votadas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Se não houver definição até aquela data, os senadores prometem entrar em obstrução total, ou seja, impedir a formação do

quórum necessário às votações.

– Vamos convocar a base governista a parar as votações. A base não pode trair a instituição – disse à entrada do Plenário o líder do DEM, José Agripino (RN).

Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), uma das presentes ao encontro, o clima resultante da sessão plenária desta Casa terá o mesmo efeito de uma obstrução.

– Não há mais disposição para se votar nada enquanto a situação do presidente não for resolvida – avaliou a senadora.

Na opinião do senador Valter

Pereira (PMDB-MS), o clima da sessão de ontem foi de “delegacia de polícia”. Ele está propondo um “amplo acordo partidário” para a solução da crise. Uma das idéias

Parlamentares anunciam obstrução a partir de 2 de novembro se não houver decisão no Conselho de Ética

do senador é que o projeto de regimento interno do Conselho de Ética que vai a votação hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclua uma regra clara prevendo o afastamento do presidente da Casa que estiver sendo investigado.

– Hoje ele [Renan] surfa na falta de normas. Não vai se afastar enquanto não tiver uma regra clara prevendo isso – disse Valter

Pereira.

Cronograma

Para José Agripino, o que vai resolver a crise é o estabelecimento de um cronograma de ações dentro do Conselho de Ética e a nomeação de um relator para a terceira representação contra Renan (denúncia do uso de “laranjas” na compra de jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas). Segundo Agripino, é preciso continuar cobrando do presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a marcação dos depoimentos dos três processos que correm contra Renan.

Quintanilha informou que até as 11h de hoje vai anunciar o nome do relator dessa representação no Conselho de Ética.



Para Suplicy, Renan deve afastar-se até a conclusão de processos

Suplicy sugere licenciamento da Presidência

Em discurso no Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, peça licença do comando da Casa até que a análise das representações contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar seja concluída.

Suplicy também lamentou que os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) tenham sido substituídos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Quero expressar que os senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, desde quando os conheci e com a convivência nesta Casa, foram pessoas que sempre procuraram expressar a defesa do interesse público, inclusive com muita afinidade com o PT e com o próprio presidente Lula. Algumas situações de desavença são naturais e próprias da democracia – disse o representante de São Paulo.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou ontem, em discurso no Plenário, o licenciamento do presidente do Senado, Renan Calheiros, da direção da Casa. Em sessão presidida pelo próprio Renan, Arthur Virgílio considerou insustentável a situação política em torno do peemedebista, devido às últimas denúncias de sua suposta participação em tentativa de espionagem dos senadores Marconi Perillo e Demostenes Torres.

– Devo dizer, sr. senador Renan Calheiros, olhando nos olhos de vossa excelência, que nós chegamos a uma situação que dela não dá mais para irmos a lugar qualquer – disse.

Casagrande propõe Jefferson Péres para relatoria

Renato Casagrande (ES), líder do PSB e membro do Conselho de Ética, sugeriu o nome de Jefferson Péres (PDT-AM) para relator da terceira representação contra Renan Calheiros. Ele disse que não restam muitas opções ao presidente do conselho, Leomar Quintanilha, e salientou que Jefferson Péres é um senador equilibrado.

Casagrande cobrou do presidente do conselho a definição de um cronograma dos trabalhos do colegiado e disse ter feito ontem, pessoalmente, a sugestão a Quintanilha.

O parlamentar ressaltou a importância da definição dos relatores e de um cronograma,

Virgílio considera insustentável a situação



Virgílio desafia quem imagina que pode questionar sua vida pública

Referindo-se ao episódio da destituição dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Arthur Virgílio

alertou Renan para o risco de se criar precedente perigoso possibilitando a retaliação de senadores de outros partidos que defendessem posições divergentes da maioria dos correligionários.

Arthur Virgílio criticou ainda nota ofensiva a sua honra, que circula na internet e cuja autoria foi supostamente atribuída a pessoas ligadas a Renan.

– Na minha vida não pode vir coisa pior, e se pode, estão desafiadas quaisquer pessoas que imaginem que dá para questionar a minha vida pública. Estou aqui às ordens, às ordens inteiramente do julgamento dos meus pares, da opinião pública e do povo do estado do Amazonas – afirmou Arthur Virgílio.



Casagrande cobra um cronograma ao presidente do Conselho de Ética

lembrando que a situação no Senado se deteriorou ainda mais nesta semana.

– O ambiente da semana passada era um, o desta semana é outro.

Hoje é muito mais insustentável que ontem e amanhã será muito mais insustentável que hoje. Chegamos ao limite do tolerável.

Credibilidade

Casagrande também defendeu o afastamento de Renan da Presidência do Senado, afirmando que esse gesto seria para o bem da Casa e do próprio senador. Com isso, na opinião do parlamentar, a Casa poderia retomar seus trabalhos e conseguiria recuperar sua credibilidade.

Em aparte, Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou seu constrangimento com o fato de Renan Calheiros “ignorar” o apelo de seus pares para que se afaste do cargo.



Alvaro: “Não podemos somar decepções e frustrações para desacreditar instituição”

“Volte à planície para se defender”, propõe Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao senador Renan Calheiros que “ouça a voz do povo”, renuncie ao cargo de presidente do Senado e se defenda das acusações como senador comum.

– Volte à planície para se defender. Não há mais condições políticas para sua permanência no cargo – afirmou.

Alvaro observou que os senadores “são passageiros, transitórios, substituíveis”. Já a instituição Senado “é permanente, essencial, definitiva, imprescindível”. Assim, “em nome da preservação da instituição”, o senador recomendou que Renan Calheiros se afaste da Presidência da Casa.

– O povo brasileiro, desesperançado, desacredita os partidos políticos, as instituições políticas, os políticos de forma geral. E nós não podemos somar decepções e frustrações para desacreditar definitivamente uma instituição essencial para a democracia – acrescentou o senador.

Em discurso no Plenário, senador classifica denúncia da revista *Veja* como produto de “cooperativa da calúnia”. Demostenes e Marconi cobram apuração do fato

Renan afasta assessor e nega acusação de espionagem

“É mentira! Não pedi, não ordenei, não autorizei, não deleguei, não encomendei nenhuma atrocidade como esta.” Ao negar qualquer envolvimento em uma suposta tentativa de espionagem contra Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO), o presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou a abertura de uma sindicância para investigar o fato. Ele também afastou, até a conclusão das apurações, o assessor da Presidência da Casa Francisco Escórcio, acusado de ter proposto a instalação de câmaras que espionariam os senadores.

Renan classificou de mau jornalismo as notícias que vêm sendo publicadas pela imprensa

com acusações contra ele. Ao argumentar que há uma “cooperativa de calúnia” em campanha para derrubar o presidente do Senado, ele afirmou que a força da verdade derrubou todas as “acusações torpes” que lhe foram imputadas.

– Em todos os momentos que as velhas denúncias vão ficando frágeis, vão caducando por inverídicas e ficando débeis por inconsistentes, busca-se uma nova trama para envenenar o ambiente e indispor-me com os senadores e senadoras e alimentar artificialmente a crise – frisou Renan.

Ele também negou que tenha feito qualquer espécie de levantamento sobre a vida pessoal ou política dos parlamentares e



Fotos: Leopoldo Silva

Renan reafirma sua disposição de não renunciar à Presidência do Senado

ressaltou que sempre se defendeu das acusações às claras.

Antes de o senador ocupar a tribuna para fazer seu pronunciamento, Jefferson Péres (PDT-AM), Arthur Virgílio (PSDB-

AM), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) haviam solicitado que ele se afastasse da Presidência do Senado. Renan declarou que as denúncias eram esquizofrenias políticas à procura de um autor e que não recuará.

– Vou até o limite para defender a minha honra, para provar a verdade, para dizer aos meus eleitores, aos meus amigos, à minha família, que sou um homem digno e continuo à altura do mandato que me foi conferido pelos alagoanos. Não desonrei este mandato, como não desonrei esta Presidência. Não quebrei decoro algum – reforçou o senador.

Demissão

Em aparte, Marconi Perillo afirmou ter convicção de que

Francisco Escórcio tentou armar um esquema para espioná-lo e a Demostenes Torres. Só não tinha certeza do envolvimento de Renan. Por isso, Marconi pediu a demissão sumária de Escórcio, do Gabinete da Presidência do Senado. Já Pedro Simon (PMDB-RS) apelou a Renan que se licencie do cargo até o fim das investigações.

Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que procurou Renan antes da votação, pelo Plenário, que o absolveu da denúncia de uso de lobista para pagar despesas pessoais, e sugeriu seu afastamento da Presidência da Casa. Renan teria respondido que a decisão não seria oportuna naquele momento, mas que poderia aceitar a possibilidade após a votação.

Ideli: representações devem tramitar e Senado precisa votar

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu ontem que as representações contra o presidente da Casa, Renan Calheiros, continuem sua tramitação natural no Conselho de Ética, “enquanto os demais trabalhos de legislação da Casa continuem a seguir seu curso normal”.

– Sei que houve uma reunião de líderes para decidir sobre obstruções e que há um clima pelo afastamento do presidente – disse a senadora, ressaltando que os fatos têm criado um clima “demasiado tenso” na Casa.

Ideli defendeu ainda o afastamento imediato de Francisco Escórcio, funcionário, ocupante de cargo de confiança do gabinete do presidente. Conforme reportagem da revista *Veja*, Escórcio teria tentado organizar um esquema de espionagem contra senadores de oposição. O pedido de investigação dessa denúncia consta da quinta representação contra Renan, apresentada ontem pelo PSDB e pelo DEM ao Conselho de Ética.

Em seguida, o senador Aloizio Mercadante voltou a pedir a Renan Calheiros que se afaste da Presidência, salientando que a denúncia envolvendo Francisco Escórcio também recai sobre o presidente do Senado.

– Por essa razão, senador, reiterei meu pedido para que se afaste do cargo e se dedique à sua defesa no Conselho de Ética – concluiu Mercadante.

Demostenes cobra a punição de “araponga”

Em pronunciamento da tribuna, Demostenes Torres cobrou a exoneração do assessor da Presidência do Senado Francisco Escórcio, acusado pela revista *Veja* de ter ido a Goiânia solicitar a ajuda de um empresário para espionar Demostenes e também Marconi Perillo. O plano incluiria a instalação de câmaras em um dos hangares do aeroporto da capital goiana.

Em resposta, Renan Calheiros disse ter afastado o funcionário e ordenado a abertura de sindicância para apurar o caso. Demostenes, porém, rebateu afirmando que o presidente do Senado poderia ir além e informou que manteve contato telefônico com o empresário Pedro Abraão, que



Demostenes: empresário de Goiânia confirma contato com assessor de Renan

teria confirmado a ida de Escórcio a Goiânia.

– Chiquinho Escórcio teria dito a ele que estava lá numa missão de “arapongagem” e resolvendo também problemas relativos ao

Maranhão, mas queria me flagrar e flagrar o senador Marconi Perillo voando de forma ilegal – contou.

Por solicitação de Demostenes Torres, foi reproduzido em Plenário o som da gravação de uma conversa de aproximadamente cinco minutos mantida entre o jornalista Leonardo Souza, do jornal *Folha de S. Paulo*, e o advogado Heli Dourado, que também teria se reunido com Escórcio em Goiânia.

– Vossa excelência pode verificar, nessas declarações, que a reunião aconteceu e que eles falaram em nome de vossa excelência, ainda que indevidamente – frisou Demostenes, referindo-se a Renan Calheiros.



Jefferson Péres lamenta achincalhamento da instituição a um ponto irreversível

Jefferson: Renan não tem mais condições de presidir a Casa

Jefferson Péres (AM) subiu à tribuna ontem para enfatizar, em seu nome e do PDT, partido do qual é líder, “que o senador Renan Calheiros, definitivamente, não tem mais condições de continuar presidente do Senado”. Ele lamentou o fato de que a instituição “tenha chegado a um ponto de achincalhamento do qual não é mais possível voltar”.

– As destituições de dois grandes nomes do PMDB autêntico da Comissão de Justiça é um desses fatos – disse, ao afirmar que outro agravante é a denúncia de que Renan teria mandado espionar dois senadores.

Mas Jefferson evidenciou que sua posição “tecnicamente” é de votar a favor de Renan nas votações das representações contra ele apresentadas, “se não houver provas contra ele”.

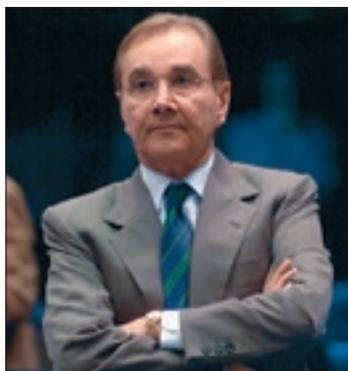
– Não tenho nada pessoal ou politicamente contra Renan. Porém, entendo que não pode mais representar o Senado – concluiu.

Agripino pede licenciamento do presidente do Senado

O líder do Democratas, José Agripino (RN), cobrou ontem, uma vez mais, o afastamento do senador Renan Calheiros da Presidência do Senado. Ele relatou a insatisfação de empresários e populares de seu estado com essa crise, manifestada em reuniões ocorridas na capital e no interior.

– O pedido é um só e da Casa toda: que V. Ex.^a [senador Renan Calheiros] se licencie, que deixe a Presidência da Casa. Os partidos combinaram esse apelo – disse.

O senador anunciou a decisão, tomada por várias lideranças políticas da Casa, de fixar a data de 2 de novembro para que o Conselho de Ética encerre a apreciação dos



Partidos se reuniram e combinaram esse apelo, ressaltou José Agripino

processos contra Renan.

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) aconselhou Renan a se afastar da Presidência, e Mário Couto (PSDB-PA)

considerou que ele não tem mais condições de dirigir a Casa.

José Nery (PSOL-PA) sugeriu reunião do Conselho de Ética hoje, visando fixar cronograma para a apreciação dos processos contra Renan. Adelmir Santana (DEM-DF) pediu urgência na análise. Valter Pereira (PMDB-MS) propôs nova reunião com as lideranças para definir uma estratégia que estanque a crise no Senado.

Antes do discurso de Agripino, Arthur Virgílio cobrou do presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a designação imediata de relator para o terceiro processo movido contra Renan.

Leopoldo Silva



Colombo destaca realização da Oktoberfest e da Efap

Colombo lembra festividades de Santa Catarina

A realização de duas grandes festividades anuais que marcam o calendário turístico e econômico de Santa Catarina – a Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efap) e a Oktoberfest, em Blumenau – foi ressaltada por Raimundo Colombo (DEM-SC).

A Oktoberfest celebra as tradições alemãs e está em sua 24ª edição. Já a Efap, disse o senador, é a segunda maior feira do país, com 15 mil associados.

Colombo cumprimentou ainda o STF pela decisão de afirmar que o mandato parlamentar pertence ao partido.

Leopoldo Silva



Tarifas de energia são 60% mais caras que nos EUA, diz Mão Santa

Mão Santa critica elevada carga tributária no país

A elevada carga de tributos federais incidentes sobre produtos foi criticada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador considerou absurdo o fato, registrado em e-mail por ele recebido, de o total de impostos cobrados pelo consumo de água no Brasil ser o dobro da tributação nos Estados Unidos para o mesmo produto.

Mão Santa observou que, no Brasil, as tarifas de energia elétrica são 60% mais caras que as daquele país, mesmo diante do fato de 95% da energia brasileira ser hidrelétrica, mais barata e menos poluente.

Comissões querem ouvir Executivo sobre informação de que investidores internacionais articulam compra de terras para produzir biodiesel e etanol

Audiência discutirá venda de terras para estrangeiros

Senadores e autoridades do Executivo vão discutir, em audiência pública, se há veracidade em informações de que investidores internacionais estariam fazendo um consórcio de megaproprietários para comprar terras brasileiras visando seu potencial para a produção de biodiesel e etanol. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A audiência será conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Serão convidados os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o advogado-geral da União, José Antonio Toffoli; e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hachbart.

Segundo Sibá Machado (PT-AC), um dos subscritores do requerimento, “estamos debatendo no Brasil o ordenamento do uso da



Sibá (E) e Garibaldi durante reunião da Comissão de Meio Ambiente

terra de forma responsável, para garantir a produção de alimentos. Precisamos tirar essas dúvidas e, se for o caso, tomar as providências cabíveis”.

O requerimento também foi assinado pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CMA acolheu pareceres pelo arquivamento de cópia de auditoria realizada pela Câmara sobre gastos públicos para a montagem do pavilhão do Brasil na Exposição Universal de

Hannover; acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) referente a obras inconclusas feitas com recursos da União; e relatório de atividades do TCU referente ao segundo trimestre de 2007.

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo de Casagrande a projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. O substitutivo já fora acolhido em primeiro turno em 25 de setembro.

Produção de alimentos não será comprometida, diz Serys

Documento produzido pelo relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, segundo o qual a produção de biocombustíveis poderia comprometer a produção mundial de alimentos, foi contestado por Serys Slesarenko (PT-MT).

Na opinião da senadora, o Brasil já provou que é possível produzir biocombustíveis, como o etanol da cana-de-açúcar, sem prejuízos para a produção de alimentos e sem danos ao meio ambiente.

– É lastimável que um alto funcionário da ONU demonstre o mais absoluto desconhecimento da realidade brasileira. Não podemos prescindir dos biocombustíveis como al-

ternativa limpa, renovável e socialmente justa – disse.

Serys ressaltou que o Brasil produz e usa o etanol há mais de 30 anos, gerando empregos e melhorando a distribuição de renda.

– O presidente Lula está certo quando afirma que o problema da fome no mundo não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda. Nessas três décadas, o Brasil conseguiu aumentar, concomitantemente, a produção de cana para o biocombustível e a de alimentos. Não há o que discutir – frisou.

Segundo Serys, o governo brasileiro pretende proceder a um zoneamento agroecológico para a definição das áreas que poderão receber plantações destinadas à produção de biocombustíveis.

Ideli: beneficiários do Bolsa Família serão capacitados

A capacitação profissional dos beneficiários pelo Bolsa Família – e o seu aproveitamento em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – deverá, segundo Ideli Salvatti (PT-SC), ser viabilizada pela assinatura de acordo entre a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Ministério do Desenvolvimento Social e o Serviço Social da Indústria (Sesi).

A senadora assinalou a importância dessa medida lembrando que falta mão-de-obra qualificada na construção civil, ao mesmo tempo em que as obras do PAC estão demandando pessoas capacitadas.



Ideli anuncia acordo para trabalho em obras do PAC

O acordo foi assinado no último dia 3, durante o 79º Encontro Nacional da Indústria Civil – que comemorou os 50 anos da CBIC no país. O encontro teve a participação do presidente Lula, da senadora Ideli Salvatti e vários ministros.

Sibá aplaude Universidade da Floresta

A visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao Acre foi registrada por Sibá Machado (PT-AC). Na ocasião, destacou o senador, foi inaugurada a Universidade da Floresta, um campus avançado da Universidade Federal do Acre.

Voltada para o estudo da biodiversidade da floresta, a instituição irá atender 250 jovens com cursos de Engenharia Florestal, Biologia, Engenharia e Direito.

Os investimentos do ministério no campus são de R\$ 7,5 milhões, informou Sibá, somados a R\$ 6 milhões, oriundos de emenda da bancada do Acre no Congresso.

O estado também trabalha, acrescentou o parlamentar, na reformulação do ensino médio voltado à questão rural, com o objetivo de chegar, nos próximos cinco anos, a um programa de ensino profissionalizante para os jovens.

Papaléo cobra ações de combate à dengue

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou o ressurgimento dos casos de dengue no país e disse que a enfermidade atualmente atinge todas as regiões, sobretudo os estados do Centro-Oeste e do Norte.

Papaléo cobrou do governo ações efetivas de combate à doença e a promoção de campanhas permanentes de esclarecimento da sociedade. Segundo ele, a alta densidade populacional, o saneamento insuficiente, o tratamento precário do lixo e a produção excessiva de materiais recicláveis contribuem para o avanço da dengue no Brasil.

– Prevê-se que, a manterem-se as condições atuais, teremos de conviver com a



Serys: “A produção de etanol não destruirá a Amazônia”

O governo de Mato Grosso, acrescentou a senadora, vem realizando estudos nas áreas tributária, de infra-estrutura e de meio ambiente, com o objetivo de subsidiar a conciliação entre desenvolvimento e preservação.

– Tem que parar com essa conversa de que a produção de etanol vai destruir a Amazônia. Não vai entrar cana-de-açúcar na região amazônica de Mato Grosso.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC) e Augusto Botelho (PT-RR) elogiaram o pronunciamento.



Campanha de esclarecimento deve ser permanente, afirma Papaléo

doença por, no mínimo, outros 30 anos – lamentou.

O senador ainda lembrou que, no Rio de Janeiro, os encarregados de combater o mosquito da dengue não têm acesso a “30% ou 40% dos domicílios”, por se encontrarem fechados ou por não obterem autorização do morador para visita.

Adiado exame do uso do pregão em licitações

O relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao projeto que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico no setor público só voltará à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos daqui a duas semanas. Alvo de críticas do setor da construção civil, o substitutivo ao projeto (PLC 32/07) teve sua votação adiada para que os senadores que têm emendas ao texto possam debater suas propostas com o relator.

Foi marcada reunião com Suplicy para a próxima terça-feira, por sugestão do presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele observou que o exame da matéria tem sido dificultado tanto pela complexidade da proposição quanto pela ocorrência de muitos eventos na comissão e no Senado. Mercadante assegurou, no entanto, que o relatório será o primeiro item a ser examinado na reunião do dia 23 de outubro.

– Se não houver entendimentos até lá, iremos a voto – afirmou o senador.

Obras

A indústria da construção condena o uso dos pregões na seleção de fornecedores de serviços e obras de engenharia, tornado obrigatório no parecer de Suplicy para contratos de até R\$ 3,4 milhões – acima desse patamar, a adoção será facultativa. No Senado, a Comissão de Justiça (CCJ) aprovou parecer de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A matéria também recebeu parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde o relatório do senador Romeu Tuma (DEM-SP) elevou o teto para uso obrigatório dos pregões para R\$ 51 milhões. A matéria receberá decisão final em Plenário, mas deve retornar à Câmara.

Na CAE, o texto recebeu 53 emendas. As últimas quatro foram apresentadas na reunião de ontem, todas de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), das quais duas foram acatadas pelo relator.

Diversos fundos setoriais podem ter gestão unificada da Finep, que emprestaria recursos a empresas

Novas regras para fundo de tecnologia

O projeto que regula o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entre as medidas previstas na proposta estão a criação de um conselho diretor e a possibilidade de os recursos do fundo serem utilizados em empréstimos a empresas.

Aprovado em setembro pela Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 80/07) tramita no Senado em regime de urgência e, antes de ir ao Plenário, será analisado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Fundos setoriais

Atualmente, a verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é composta principalmente pelos recursos dos fundos setoriais, que começaram a ser criados no fim da década de 1990. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), como secretaria executiva do FNDCT, é o órgão governamental que opera os financiamentos. Uma das razões apontadas para a regulamentação prevista no projeto aprovado na CAE é a necessidade de adaptar o FNDCT às regras de



Projeto recebeu voto favorável dos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

funcionamento dos fundos setoriais.

No relatório que apresentou à CAE, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defende o projeto, argumentando que foram criados mais 14 fundos setoriais somente entre 2000 e 2004. Instituído em 1969 por meio de decreto-lei, o FNDCT foi restabelecido por meio de lei em 1991.

O parlamentar da Bahia também destaca, em seu relatório, que “há, no mundo, uma forte correlação entre os investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação e o nível de desenvolvimento econômico dos países”. A questão dos investimentos no setor foi ressaltada na exposição de motivos da Presidência

da República, autora do projeto.

Empréstimos

Em entrevista à Agência Senado, o chefe do Departamento de Planejamento Orçamentário da Finep, André Amaral, declarou que a possibilidade de utilização dos recursos do FNDCT em empréstimos a empresas, destinados a projetos de desenvolvi-

mento tecnológico, contribuiria para “a sustentabilidade da Finep”. Amaral comparou esse procedimento ao que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faz com a verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – o BNDES utiliza os recursos que lhe são reservados constitucional-

Conselho diretor terá representantes de ministérios, além de presidentes da Finep, BNDES, CNPq e Embrapa

mente para financiar empresas e dessa forma se capitaliza com os retornos obtidos com esses empréstimos.

O projeto dá respaldo legal às ações transversais – que são financiadas por mais de um fundo setorial –, as quais já vinham sendo executadas, mas não estavam previstas na legislação que trata do FNDCT. Outra medida é a criação de um comitê de coordenação, que teria a tarefa de programar a gestão integrada dos fundos setoriais.

Gestão

O conselho diretor do fundo, previsto na proposta, seria integrado pelo ministro da Ciência e Tecnologia (pasta à qual a Finep está subordinada) e um representante dos ministérios da Educação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Defesa; e da Fazenda. Também teriam assento os presidentes da Finep, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do BNDES e da Embrapa. Integrariam ainda o órgão três representantes do setor empresarial, três da comunidade científica e tecnológica e um dos trabalhadores da área de ciência e tecnologia.

CAE debaterá compra do ABN Amro por consórcio

As negociações para a compra do Banco ABN Amro por consórcio com a participação dos bancos Santander, RDS e Fortis devem ser objeto de debate na Comissão de Assuntos Econômicos. Entre requerimentos para audiências públicas aprovados pelo colegiado está proposta de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para que o tema seja trazido a debate.

No Brasil, onde o Santander já atua, o ABN Amro controla as operações do ABN Amro Real. De acordo com o senador, a anunciada compra pode trazer ainda mais concentração no mercado bancário nacional, com reflexos para os usuários e ameaça de redução do número de postos de trabalho no setor. A compra, conforme informou, poderá resultar na criação do segundo maior banco privado do país.

Para a audiência, em data ainda a ser marcada, serão convidados o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; a presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Elizabeth Farina, além de representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do próprio diretor-presidente do ABN Amro no país, Fábio Barbosa.

Cooperativismo

O colegiado aprovou ainda requerimento de audiência sobre cooperativismo no país, como subsídio ao exame de três projetos sobre o tema – PLSs 3/07 e 153/07 e PLC 82/06. A proposta foi defendida pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator dos projetos.

A terceira audiência acolhida pela CAE, proposta por João Tenório (PSDB-AL) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem como finalidade analisar a evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Será convidado para a reunião, entre outros, o chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central.

Fies poderá financiar valor total dos cursos

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu na reunião de ontem substitutivo da Câmara a projeto que altera as regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Uma das modificações permite que se financie até 100% do valor das mensalidades – o limite atual é de 50% –, inclusive para cursos de mestrado e doutorado. A proposta (PLS 5/07) está na pauta do Plenário.

O texto foi aprovado na CAE na forma como veio da Câmara. Mas a sena-

dora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora na comissão, apresentou dois destaques a serem votados em Plenário. Uma das alterações visa suprimir o trecho que autoriza os estudantes a utilizarem recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar o financiamento do Fies.

Além de possibilitar o financiamento integral das mensalidades e ampliá-lo para mestrados e doutorandos, o substitutivo define o pagamento de taxas de juros diferen-

ciadas. Para os cursos de graduação em Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior e de Tecnologia, seriam cobrados juros de até 3,5% ao ano. Para as demais graduações, as taxas seriam de até 5,5% ao ano. E para mestrado e doutorado, os juros seriam de até 6,5% ao ano.

O texto prevê que o estudante poderá se beneficiar de uma carência de seis meses, contados a partir do mês seguinte ao da conclusão do curso. Segundo Ideli, a matéria permite que os encargos

sejam pagos por meio de desconto em folha.

A senadora apontou ainda outras modificações, como a exigência de um desempenho mínimo do estudante e dos cursos, além de sanções contra aqueles que descumprirem as regras do Fies.

O projeto original foi apresentado em 2004 e previa a possibilidade de pagamento dos empréstimos do fundo por meio de serviços sociais. Esse objetivo, explicou Ideli, foi eliminado pela Câmara dos Deputados.

Iniciativa de leis em debate com crianças

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã, às 9h, a primeira audiência pública do ciclo de debates que programou para discutir o exercício da cidadania por meio da iniciativa popular de leis. Em homenagem ao Dia da Criança, a primeira reunião dessa série tratará de questões relacionadas aos menores. Para isso, o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão e autor do requerimento para realização das audiências, convidou estudantes do ensino fundamental de diversas escolas públicas do Distrito Federal.

Paim lembra que o colegiado possui, regimentalmente, todos os instrumentos para que o cidadão brasileiro, representado por uma sociedade organizada, possa diretamente sugerir projetos de lei, participando assim ativa e efetivamente do processo legislativo. "Jamais teremos um Legislativo forte se não tivermos a participação ativa e apaixonada do povo brasileiro", salientou o senador.

Propostas

O debate de amanhã contará com a participação de alunos de escolas públicas do Paranoá, da Ceilândia, do Gama e de Samambaia, cidades-satélites do DF. De acordo com Paulo Paim, os estudantes poderão apresentar, no final da reunião, propostas de projetos de lei sobre assuntos que considerem relevantes para o país.

A comissão deverá realizar uma audiência pública a cada mês reunindo representantes de diferentes segmentos da sociedade para debater a participação do cidadão na elaboração de leis.

Debate sobre planejamento familiar revela divergências quanto à redução da idade mínima para procedimento



Crivella (E) diz que seu projeto nada tem a ver com esterilização em massa, mas especialistas alertam para falta de maturidade dos jovens aos 18 anos

Idade para esterilização é polêmica

Participantes da audiência pública de ontem que discutiu planejamento familiar, na Comissão de Educação (CE), discordaram da proposta de reduzir a idade mínima necessária para opção pela esterilização cirúrgica para 18 anos. A redução, estabelecida em projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), alteraria a lei que trata do planejamento familiar (Lei 9.263/96), que estabelece a idade mínima para tal procedimento aos 25 anos desde que o interessado tenha dois filhos vivos.

Convidada para o debate da proposta (PLS 284/06), a coordenadora nacional

da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, Zilda Arns, não pôde comparecer por motivo de saúde, segundo comunicou o senador Flávio Arns (PT-PR), autor, junto com Cícero Lucena (PSDB-PB) e Marcelo Crivella, do requerimento da audiência.

Para a representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Dulce Xavier, o acesso à esterilização cirúrgica aos 18 anos poderá deixar os jovens mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids.

Dulce Xavier acredita que os jovens poderão dei-

nar de negociar o uso de preservativos com seus parceiros. Ela julga que jovens de 18 anos ainda não têm maturidade necessária para decidir sobre um procedimento definitivo, como a laqueadura.

O coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, Adson França, fez um apelo ao senador Marcelo Crivella para que retire do seu projeto o item que trata da redução da idade mínima necessária à opção pela esterilização cirúrgica. Ele ressaltou ainda que o ministério considera a laqueadura e a vasectomia

métodos contraceptivos e as últimas alternativas a serem utilizadas pelo casal e explicou que a pasta está realizando campanha explicativa sobre vasectomia com a finalidade de inserir também o homem na responsabilidade contraceptiva.

A coordenadora-executiva da Casa da Mulher Renascer Companheira, Roseana Barreto de Souza, concorda com a instituição do Dia do Planejamento Familiar, também proposto pelo PLS 284/06. Roseana sugeriu que a data seja utilizada com a finalidade de promover debates sobre o tema em todo o país.

Senadores ressaltam problemas do SUS

Na audiência da Comissão de Educação que discutiu o projeto que trata, entre outras questões, de planejamento familiar, os senadores Flávio Arns e Augusto Botelho (PT-RR) discordaram da proposta de Marcelo Crivella de reduzir de 25 anos para 18 anos a idade mínima necessária para a opção pela esterilização cirúrgica.

Crivella explicou, durante o debate, que o objetivo do projeto de sua autoria é explicitar o que está implícito na lei atual – as pessoas podem fazer a esterilização cirúrgica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde que já tenham 18 anos e dois filhos.

– A intenção do projeto é dar à mulher o direito de decidir por ela mesma os métodos que considerar mais adequados para o planejamento familiar.

O senador disse ainda que hoje os médicos têm grande cuidado com esses processos cirúrgicos, pois sabem que, se não cumprirem as exigências da lei, podem responder na Justiça por crime de genocídio. Crivella ressaltou que a iniciativa nada tem a ver com esterilização em massa. Argumentou, inclusive, que a previsão dos demógrafos é de que haverá uma estabilização no crescimento da população quando o Brasil chegar a 240 milhões de habitantes.

Dificuldades

Flávio Arns lembrou que na primeira audiência pública sobre o projeto, em abril deste ano, o médico Dráuzio Varella afirmou que a maioria das pessoas no Brasil não encontram estrutura adequada no sistema de saúde público para fazer laqueadura e vasc-

tomia.

Arns observou que os interessados ainda teriam que faltar ao trabalho para participar do processo de consulta para a esterilização. O parlamentar disse também que há falta de informação na sociedade, sobretudo entre as pessoas mais carentes, a respeito dos processos de planejamento familiar disponíveis no SUS.

Papaléo Paes (PSDB-AP) declarou que, como cardiologista, é testemunha da falta de informação e de instrução dos próprios médicos em relação ao uso de pílulas anticoncepcionais.

Augusto Botelho, que também é médico, contou que no exercício dessa profissão em Roraima constatou que um grande obstáculo ao planejamento familiar é a resistência do homem em fazer vasectomia.

▼ O que diz o projeto de Crivella

O projeto de lei de iniciativa do senador Marcelo Crivella propõe, entre outras medidas, a redução dos atuais 25 anos para 18 anos da idade mínima necessária para a opção pela esterilização cirúrgica. A proposta, relatada por Edison Lobão (DEM-MA) na Comissão de Educação, também pretende tornar obrigatória a instrução da educação sexual nos ensinos fundamental e médio – sem a criação de uma disciplina específica, mas tratando o tema de forma transversal ou multidisciplinar.

A proposição quer ainda revogar a exigência do consentimento do casal, na vigência de sociedade conjugal, para a esterilização voluntária de um ou de ambos, por considerar a medida abusiva.

Projeto coíbe indução a aumento de velocidade

Na pauta de 11 itens da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de hoje, marcada para ter início às 11h, está a apreciação de relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) favorável a projeto de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que proíbe as empresas e as pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas estabelecerem práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.

Paim apresentou emenda para instituir multa no valor de R\$ 300 mil para quem descumprir a determinação. Em seu relatório ao projeto (PLS 98/07), o senador diz compartilhar a opinião do autor da proposta, segundo a qual as empresas e pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas lançam mão de práticas que induzem seus empregados a ultrapassarem o limite máximo de velocidade de tráfego nas vias urbanas.

Proibições

O projeto veda práticas como o oferecimento de prêmios por cumprimento de metas por número de entregas ou prestação de serviços e o anúncio da dispensa de pagamento ao consumidor, no caso de fornecimento de produto ou prestação de serviço fora do prazo ofertado para a sua entrega ou realização. Também proíbe o estímulo à competição entre motociclistas com o objetivo de elevar o número de entregas ou de prestação de serviço.

Marcelo Crivella afirma na justificativa da proposta que estudo realizado em 2001 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os custos totais dos acidentes ocorridos apenas nas áreas urbanas do país chegavam à cifra de R\$ 5,3 bilhões por ano. Desses acidentes, segundo a pesquisa, os que têm, proporcionalmente, custo mais elevado são aqueles que envolvem motocicletas, já que, neles, a ocorrência de vítimas é muito maior.